

Para acessar o relatório completo, clique [aqui](#).

3. ORÇAMENTO

O “Painel de créditos covid-19”, desenvolvido pela IFI, permite acompanhar a execução dos gastos fixados para o combate à crise. Essa ferramenta consolida os dados das Medidas Provisórias (MPs) de crédito extraordinário voltadas ao enfrentamento da pandemia e pode ser acessada aqui – <https://www12.senado.leg.br/ifi/covid-19/painel-de-creditos-covid-19>. Em paralelo a iniciativas de outras instituições, como o Tesouro Nacional, a IFI mantém essas informações atualizadas diariamente.

O governo editou 28 MPs, até o momento, para autorizar despesas no âmbito do combate à covid-19¹. Até o RAF de junho, haviam sido editadas 25 MPs. Das três novas medidas, duas referem-se a novos aportes para o enfrentamento da emergência de saúde, no total de R\$ 648 milhões, e a outra a uma complementação do orçamento do programa de auxílio emergencial a vulneráveis, no valor de R\$ 101,6 bilhões. Esse crédito justifica-se pela recente decisão de pagamento de duas parcelas adicionais às três previstas originalmente.

O orçamento dos créditos liberados para fazer frente à covid-19 totaliza R\$ 506,1 bilhões. Os créditos autorizados pelas MPs correspondem a R\$ 506,1 bilhões, com R\$ 39 bilhões de despesas financeiras e R\$ 467,1 bilhões de gastos primários. A maior parte do financiamento é oriunda do superávit financeiro da Conta Única do Tesouro, sendo uma parcela menor decorrente de cancelamentos de outras despesas primárias, conforme a Tabela 7.

¹ A MP nº 990, de 10 de julho de 2020, não está contemplada nas análises desta seção.

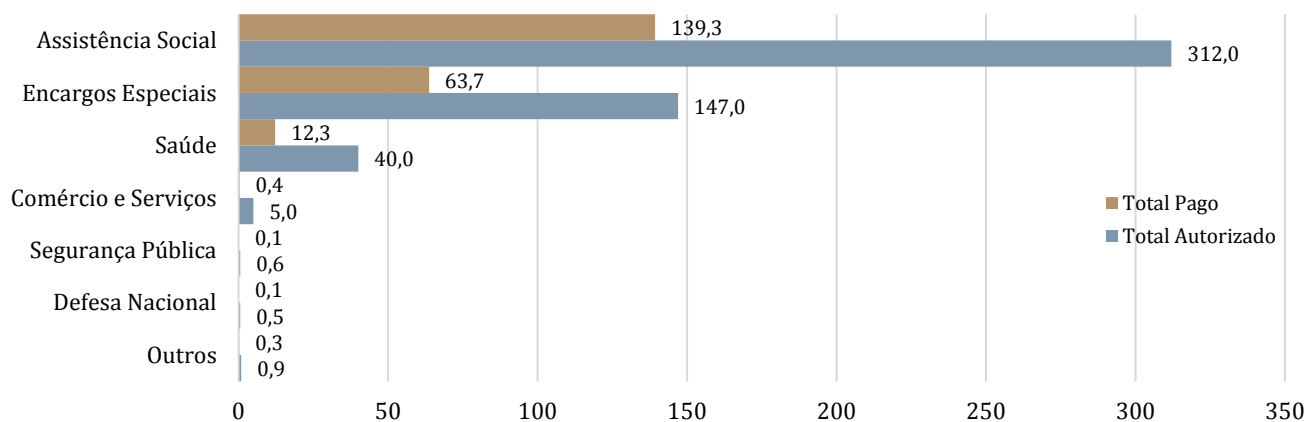
TABELA 7. TOTAL DE DESPESAS FINANCEIRAS E PRIMÁRIAS APLICADAS E CANCELADAS POR MEDIDA PROVISÓRIA (EM R\$ MILHÕES)

Medida Provisória	Destinação	Total do crédito	Aplicação		Fonte	
			Despesa financeira	Despesa primária	Superávit financeiro da Conta Única	Despesas primárias canceladas
921	Enfrentamento da Emergência de Saúde	11	0	11	11	0
924	Enfrentamento da Emergência de Saúde	5.100	0	5.100	0	5.100
929	PBF e Enfrentamento da Emergência de Saúde	3.420	0	3.420	3.420	0
935	Benefício Emergencial - Formais	51.642	0	51.642	51.642	0
937	Benefício Emergencial - Vulneráveis	98.200	0	98.200	98.200	0
939	Auxílio Financeiro a Estados e Municípios	16.000	0	16.000	16.000	0
940	Enfrentamento da Emergência de Saúde	9.444	0	9.444	9.444	0
941	Enfrentamento da Emergência de Saúde	2.114	0	2.114	0	2.114
942	Enfrentamento da Emergência de Saúde	639	0	639	224	415
943	Financiamento da folha de pagamentos - PME	34.000	34.000	0	34.000	0
947	Enfrentamento da Emergência de Saúde	2.600	0	2.600	2.600	0
949	Conta de desenvolvimento energético	900	0	900	900	0
953	Enfrentamento da Emergência de Saúde	2.550	0	2.550	2.550	0
956	Benefício Emergencial - Vulneráveis	25.720	0	25.720	25.720	0
957	Enfrentamento da Emergência de Saúde	500	0	500	500	0
962	Enfrentamento da Emergência de Saúde	419	0	419	419	0
963	Financiamento da infraestrutura turística	5.000	5.000	0	5.000	0
965	Enfrentamento da Emergência de Saúde	409	0	409	409	0
967	Enfrentamento da Emergência de Saúde	5.566	0	5.566	5.335	231
969	Enfrentamento da Emergência de Saúde	10.000	0	10.000	10.000	0
970	Benefício Emergencial - Vulneráveis	29.058	0	29.058	29.058	0
972	Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações para o PRONAMPE	15.900	0	15.900	15.900	0
976	Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	4.489	0	4.489	4.489	0
977	Programa Emergencial de Acesso ao Crédito	20.000	0	20.000	20.000	0
978	Auxílio Financeiro a Estados e Municípios	60.189	0	60.189	60.189	0
985	Enfrentamento da Emergência de Saúde	300	0	300	300	0
988	Benefício Emergencial - Vulneráveis	101.600	0	101.600	101.600	0
989	Enfrentamento da Emergência de Saúde	348	0	348	0	348
Total		506.119	39.000	467.119	497.911	8.208

Fonte: Medidas Provisórias de crédito extraordinário, Portaria 140 do Ministério da Economia e Portaria 9.148 da Secretaria de Orçamento Federal.
 Elaboração: IFI.

Na função Saúde, 30,8% das despesas autorizadas foram pagas até o início de julho. No Gráfico 23, os dados são expostos pela ótica da função da despesa. A execução, até o início de julho, foi de R\$ 216,1 bilhões ou 42,7% do total de R\$ 506,1 bilhões. Na Assistência Social, os pagamentos totalizam R\$ 139,3 bilhões, equivalentes a 44,6% do total de R\$ 312 bilhões. Dos R\$ 40 bilhões autorizados na função Saúde, R\$ 12,3 bilhões ou 30,8% haviam sido pagos até o dia 9 de julho.

GRÁFICO 23. TOTAL DE DESPESAS AUTORIZADAS E PAGAS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ BILHÕES)



Fonte: Medidas provisórias de crédito extraordinário e SIOP. Elaboração: IFI.

Programas de auxílio às empresas e transferências aos governos subnacionais compõem a maior parte da função Encargos Especiais. O auxílio financeiro aos estados e municípios, no valor de R\$ 60,2 bilhões; a integralização de cotas do Fundo Garantidor (MPs 972 e 977), no valor de R\$ 35,9 bilhões; a transferência para o setor elétrico (MP 949), somando R\$ 0,9 bilhão; o programa de financiamento das folhas de pagamento de empresas (MP 943), totalizando R\$ 34 bilhões; e a compensação aos governos subnacionais via fundos de participação (MP 939), no total de R\$ 16 bilhões, estão incluídos nessa função. Dos R\$ 147 bilhões autorizados nesta função, foram pagos R\$ 63,7 bilhões ou 43,3%.

A execução da ação de enfrentamento da emergência de saúde está em 32,9%. Finalmente, a Tabela 8 permite observar os dados dos orçamentos autorizados e dos pagamentos realizados, até o início de julho, para cada ação orçamentária. Vale notar que a ação de enfrentamento da emergência de saúde pública conta com orçamento autorizado de R\$ 44,8 bilhões, superior ao valor informado no Gráfico 23 para a função Saúde. Isso se deve ao fato de que a referida ação orçamentária inclui gastos classificados em outras funções, mas ainda assim relacionados ao combate à covid-19. A execução dessa ação está em 32,9%, um pouco superior à observada quando da publicação do RAF de junho, 28,3%.

TABELA 8. TOTAL DE RECURSOS AUTORIZADOS E PAGOS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ MILHÕES)

Ação	Autorizado	Pagamento	Percentual de pagamento
Auxílio emergencial a vulneráveis	254.240	121.788	47,9%
Auxílio financeiro aos demais entes relacionados ao Programa Federativo de Enfrentamento da COVID-19	60.189	15.037	25,0%
Benefício emergencial a formais	51.642	15.151	29,3%
Enfrentamento da emergência de saúde pública	44.786	14.737	32,9%
Financiamento da folha	34.000	17.000	50,0%
Integralização de cotas do Fundo Garantidor para o PEAC*	20.000	5.000	25,0%
Compensação aos demais entes pela perda dos fundos de participação	16.000	9.864	61,7%
Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o PRONAMPE	15.900	15.900	100,0%
Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000	388	7,8%
Bolsa Família (acréscimo)	3.038	369	12,2%
Transferência para a CDE (acréscimo)	900	900	100,0%
Ativos civis da União	320	4	1,2%
Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Saúde	66	0	0,0%
Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20	0	0,0%
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18	0	0,0%
Total	506.119	216.138	42,7%

* Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – BNDES.

Fonte: Medidas provisórias de crédito extraordinário e SIOP. Elaboração: IFI.

Tabelas fiscais

TABELA 9. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,54	22,53	19,69	21,41	21,39	21,38	21,36	21,35	21,12	21,12	21,12	21,12	21,12
Transferências a E&M	3,73	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97
Receita Líquida	17,82	18,56	15,72	17,44	17,42	17,40	17,39	17,38	17,15	17,15	17,15	17,15	17,15
Despesa Primária	19,62	19,87	28,41	21,05	20,56	20,15	19,84	19,55	19,31	19,02	18,78	18,52	18,32
Obrigatórias	17,75	17,61	26,58	19,30	18,86	18,50	18,24	18,00	17,80	17,55	17,35	17,13	16,97
Benefícios previdenciários	8,51	8,63	9,70	9,95	10,11	10,14	10,18	10,26	10,32	10,38	10,43	10,49	10,56
Pessoal e encargos sociais	4,33	4,31	4,66	4,45	4,18	3,92	3,69	3,47	3,26	3,07	2,88	2,71	2,54
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,92	0,82	0,75	0,73	0,71	0,70	0,68	0,66	0,64	0,63	0,61
Abono salarial	0,25	0,24	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22
Seguro desemprego	0,53	0,52	0,66	0,57	0,50	0,49	0,47	0,46	0,44	0,43	0,42	0,40	0,39
BPC	0,82	0,82	0,91	0,91	0,90	0,89	0,89	0,88	0,88	0,87	0,86	0,86	0,85
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,14	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,22	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,19	0,17	0,18	0,18	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,21	0,35	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21
Subsídios e Subvenções	0,22	0,15	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,14
Demais obrigatórias	2,31	2,18	9,31	2,32	2,14	2,05	2,02	1,94	1,92	1,84	1,81	1,73	1,70
Sem controle de fluxo	0,31	0,21	7,16	0,27	0,15	0,12	0,14	0,11	0,14	0,11	0,13	0,10	0,12
Com controle de fluxo	1,99	1,97	2,15	2,06	1,99	1,93	1,88	1,83	1,78	1,73	1,68	1,63	1,58
dos quais Bolsa Família	0,43	0,45	0,54	0,52	0,50	0,48	0,47	0,46	0,45	0,43	0,42	0,41	0,40
Discricionárias do Executivo	1,87	2,26	1,83	1,75	1,70	1,65	1,60	1,56	1,52	1,47	1,43	1,39	1,35
Resultado Primário	-1,75	-1,31	-12,69	-3,61	-3,14	-2,74	-2,46	-2,18	-2,16	-1,87	-1,63	-1,37	-1,17
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.889,2	7.256,9	6.917,4	7.350,1	7.823,3	8.343,8	8.886,1	9.448,1	10.052,2	10.700,8	11.398,8	12.150,7	12.955,6

TABELA 10. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,54	22,53	19,88	21,60	21,58	21,57	21,55	21,53	21,32	21,32	21,32	21,32	21,32
Transferências a E&M	3,73	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97
Receita Líquida	17,82	18,56	15,91	17,63	17,61	17,59	17,58	17,56	17,35	17,35	17,35	17,35	17,35
Despesa Primária	19,62	19,87	26,40	20,35	19,18	18,69	18,27	17,82	17,43	16,99	16,60	16,20	15,85
Obrigatórias	17,75	17,61	24,61	18,65	17,55	17,11	16,75	16,36	16,02	15,64	15,30	14,96	14,66
Benefícios previdenciários	8,51	8,63	9,51	9,59	9,12	9,10	9,07	9,06	9,03	8,99	8,95	8,93	8,90
Pessoal e encargos sociais	4,33	4,31	4,57	4,30	4,01	3,74	3,50	3,26	3,04	2,83	2,64	2,45	2,27
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,90	0,80	0,73	0,71	0,69	0,66	0,64	0,62	0,59	0,57	0,55
Abono salarial	0,25	0,24	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,23	0,22	0,22	0,21	0,21
Seguro desemprego	0,53	0,52	0,65	0,55	0,48	0,46	0,45	0,43	0,41	0,39	0,38	0,36	0,34
BPC	0,82	0,82	0,90	0,88	0,87	0,85	0,84	0,83	0,82	0,80	0,79	0,77	0,76
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,14	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,19	0,17	0,18	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,21	0,34	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21
Subsídios e Subvenções	0,22	0,15	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12
Demais obrigatórias	2,31	2,18	7,68	2,25	2,07	1,97	1,92	1,82	1,78	1,68	1,64	1,55	1,50
Sem controle de fluxo	0,31	0,21	5,56	0,26	0,15	0,12	0,14	0,11	0,13	0,10	0,12	0,09	0,11
Com controle de fluxo	1,99	1,97	2,11	2,00	1,92	1,85	1,78	1,72	1,65	1,59	1,52	1,46	1,40
dos quais Bolsa Família	0,43	0,45	0,53	0,50	0,48	0,46	0,45	0,43	0,41	0,40	0,38	0,37	0,35
Discricionárias do Executivo	1,87	2,26	1,80	1,70	1,63	1,57	1,52	1,46	1,41	1,35	1,30	1,24	1,19
Resultado Primário	-1,75	-1,31	-10,49	-2,72	-1,57	-1,09	-0,69	-0,26	-0,08	0,36	0,75	1,15	1,50
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.889,2	7.256,9	7.053,1	7.621,9	8.168,4	8.755,1	9.377,4	10.056,1	10.796,8	11.604,4	12.486,8	13.452,0	14.502,0

TABELA 11. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	21,54	22,53	19,44	20,91	20,90	20,86	20,79	20,72	20,42	20,40	20,37	20,33	20,29
Transferências a E&M	3,73	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97	3,97
Receita Líquida	17,82	18,56	15,47	16,94	16,93	16,88	16,82	16,75	16,45	16,43	16,39	16,36	16,32
Despesa Primária	19,62	19,87	29,77	22,69	22,25	21,93	21,68	21,47	21,30	21,08	20,90	20,71	20,58
Obrigatórias	17,75	17,61	27,84	20,81	20,43	20,15	19,94	19,76	19,63	19,43	19,29	19,12	19,03
Benefícios previdenciários	8,51	8,63	10,16	10,76	10,99	11,09	11,18	11,31	11,42	11,52	11,61	11,71	11,83
Pessoal e encargos sociais	4,33	4,31	4,88	4,80	4,54	4,28	4,04	3,82	3,61	3,40	3,21	3,02	2,84
Abono e Seguro desemprego	0,78	0,77	0,96	0,88	0,80	0,78	0,76	0,75	0,74	0,72	0,71	0,70	0,69
Abono salarial	0,25	0,24	0,27	0,26	0,26	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,24	0,24
Seguro desemprego	0,53	0,52	0,69	0,61	0,54	0,52	0,51	0,50	0,49	0,48	0,47	0,46	0,45
BPC	0,82	0,82	0,96	0,98	0,98	0,98	0,97	0,97	0,97	0,97	0,96	0,96	0,95
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,20	0,14	0,15	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,22	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,19	0,17	0,19	0,19	0,18	0,18	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,16
Precatórios (custeio e capital)	0,20	0,21	0,37	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21
Subsídios e Subvenções	0,22	0,15	0,17	0,18	0,17	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15
Demais obrigatórias	2,31	2,18	9,76	2,50	2,31	2,22	2,20	2,13	2,12	2,05	2,04	1,97	1,96
Sem controle de fluxo	0,31	0,21	7,50	0,29	0,16	0,13	0,16	0,13	0,15	0,12	0,14	0,11	0,14
Com controle de fluxo	1,99	1,97	2,26	2,21	2,14	2,09	2,04	2,00	1,97	1,93	1,89	1,86	1,82
d/q Bolsa Família	0,43	0,45	0,57	0,55	0,54	0,52	0,51	0,50	0,49	0,48	0,47	0,47	0,46
Discricionárias do Executivo	1,87	2,26	1,92	1,88	1,82	1,78	1,74	1,71	1,67	1,64	1,61	1,58	1,55
Resultado Primário	-1,75	-1,31	-14,30	-5,75	-5,32	-5,05	-4,86	-4,72	-4,85	-4,65	-4,51	-4,35	-4,26
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.889,2	7.256,9	6.601,6	6.795,4	7.196,4	7.625,7	8.094,6	8.571,7	9.087,3	9.642,1	10.239,3	10.881,8	11.567,9

Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Projeções		
							2020	2021	2022
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,32	1,14	-6,53	2,46	2,27
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.583	6.889	7.257	6.917	7.350	7.823
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	1,41	3,13	3,51
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	4,90	4,62	4,33
Ocupação - crescimento (%)	1,48	0,05	-1,87	0,35	1,41	1,99	-4,76	1,25	1,29
Massa salarial - crescimento (%)	3,97	-1,12	-3,24	1,85	3,04	2,47	-6,53	2,46	2,27
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,25	2,25	4,50
Juros reais <i>ex-post</i> (% a.a.)	5,02	3,23	7,02	3,94	2,65	0,19	0,83	-0,85	0,96
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,57	-0,85	-13,19	-4,02	-3,49
dos quais Governo Central	-0,35	-1,95	-2,54	-1,80	-1,69	-1,23	-12,69	-3,61	-3,14
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,50	5,06	4,39	3,88	3,94
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-7,08	-5,91	-17,58	-7,90	-7,42
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,3	65,5	69,8	73,7	76,5	75,8	96,1	98,6	100,3

ifi